



3º Simpósio Avaliação da Educação Superior
05 e 06 de setembro de 2017
Florianópolis – SC – Brasil
ISBN: 978-85-68618-04-2



O PLANO DE ENSINO COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO

CÁTIA MARIA NEHRING
UNIJUI
catia@unijui.edu.br

CRISTINA ELIZA POZZOBON
UNIJUI
pozzobon@unijui.edu.br

MAGNA STELLA CARGNELUTTI DALLA ROSA
UNIJUI
magna@unijui.edu.br

A. PATRICIA SPILIMBERGO
UNIJUI
patspi@unijui.edu.br

RESUMO

O Programa de Avaliação Docente da UNIJUI, criado em 2012, representa uma estratégia de excelência para os processos de ensino e aprendizagem em todos os programas acadêmicos da Instituição. Considera a LDB - Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, o SINAES e o PDI da UNIJUI. É constituído a partir de três subprogramas: Avaliação pelos Estudantes, Autoavaliação Docente, Avaliação pelos Pares. Estes subprogramas envolvem acadêmicos, professores e gestores, possibilitando diferentes olhares sobre o fazer acadêmico na Instituição. Para esse relato de experiências, fez-se um recorte, utilizando-se dos dados de dois subprogramas: a Autoavaliação Docente, a partir do instrumento do professor, composto por três fontes de informação e; a Avaliação pelos Estudantes, a partir dos relatórios institucionais e os pareceres do NDE. Ao analisar os dados destes instrumentos, buscou-se investigar como o professor compreende a sua atuação no processo de ensino e aprendizagem do estudante, dialogando com a análise dos pareceres do NDE sobre o que dizem os estudantes, em relação ao seu processo de ensino e aprendizagem nas disciplinas avaliadas. Sua realização evidenciou que o Programa de Avaliação Docente, com os seus respectivos subprogramas, está alinhado aos processos de avaliação e planejamento.

Palavras chave: Avaliação Docente, Plano de Ensino, Avaliação pelos Estudantes

1. INTRODUÇÃO

A sociedade se constitui por relações complexas nas quais se configuram suas instituições. A Universidade é uma das instituições que compartilha diversas expressões do social e um espaço privilegiado para a constituição de sujeitos autônomos numa singular esfera pública democrática. É uma instituição social, inserida em um contexto político, científico, econômico e cultural que lhe possibilita apresentar diferentes modalidades de ações e de relações conforme os grupos e sujeitos envolvidos na efetivação de seus objetivos e atuação. Entretanto, a Universidade tem um importante papel no cenário das sociedades nas quais está inscrita. Há que se estabelecer uma compreensão, nessa relação, de que não cabe à universidade a substituição do papel do Estado, ou de outras instituições, mas sim de criticamente partilhar responsabilidades que lhe dizem respeito, principalmente na formação acadêmica profissional, nos avanços científicos e na inovação tecnológica.

A complexidade das questões que podem ser estabelecidas a respeito do tema “universidade” aparece quando se apresentam diferentes perspectivas sob as quais tais questões têm sido abordadas por autores, por porta-vozes de instituições universitárias, por políticas públicas e por diferentes discursos de entidades e instituições da sociedade civil. Este fato demanda o reconhecimento da dimensão plural das instituições universitárias, dimensão enfatizada pela diversidade dos saberes, das culturas, dos indivíduos que convivem na universidade. Dimensão que reconhece, também, a pluralidade como uma referência central para a interlocução e a interdisciplinaridade efetivada no âmbito interno.

A UNIJUÍ (Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul) é uma Universidade comunitária e, como em todo projeto coletivo, a avaliação é um dos pilares do seu planejamento. A avaliação constitui-se em referencial para o planejamento institucional, sendo que, desde a sua origem, desenvolvem-se processos avaliativos, que foram institucionalizados em 1994, anteriores a Lei do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), pois a inserção da UNIJUÍ, formalmente, se inicia na década de 1990, no PAIUB (Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras), instituído pelo Governo Federal e, no PAIUNG (Programa de Avaliação Institucional das Universidades Comunitárias) do COMUNG (Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas), embasado nos princípios do PAIUB. O PAIUNG constitui-se em um importante espaço de debate e de troca de experiências entre as instituições comunitárias gaúchas, quer seja para a compreensão de políticas e processos, quer seja pela aprendizagem e produção do conhecimento, considerando a produção de artigos, livros e cadernos, que podem ser conferidos no portal do referido Programa.

Considerando a perspectiva plural da universidade, a trajetória histórica da UNIJUÍ, a Lei que estabelece o SINAES (BRASIL, 2004) e o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) 2015/2019 (Coleção Cadernos de Gestão Universitária p. 52, 2015) a “avaliação institucional” torna-se fundamental para a compreensão dessa pluralidade, bem como para o planejamento e a gestão institucional. O Programa de Avaliação Institucional, os processos de avaliação, bem como os instrumentos materializados por estes, precisam possibilitar o repensar do papel da universidade, dos processos acadêmicos e administrativos. Repensar este processo encontra no diálogo plural instaurado por debates a condição de sua realização.

A história de avaliação desta Instituição evidencia o compromisso de uma prática de reflexão e de sistematização da atuação universitária em suas diferentes dimensões, sustentada no princípio democrático, no diálogo e na interação no âmbito da comunidade interna e da

comunidade externa. Exemplo disso são os 22 cadernos de avaliação institucional¹, que registram os processos avaliativos de 1999 a 2004 e; a partir de 2004, os Relatórios de Autoavaliação Institucional (www.unijui.edu.br/cpa) que registram os processos e resultados avaliativos desenvolvidos na Universidade. Nesta perspectiva, a avaliação é entendida como um processo contínuo e está em sua quinta fase de desenvolvimento, a partir do Projeto de Autoavaliação Institucional 2016-2019.

Com base neste princípio de avaliação e planejamento, a UNIJUÍ, em 2012 institucionalizou o Programa de Avaliação Docente que é constituído por três subprogramas: Avaliação da Ação Docente pelos Discentes; Autoavaliação Docente e; Avaliação pelos Pares, possibilitando diferentes olhares. O Programa é coordenado pela VRG (Vice-Reitoria de Graduação) e a partir de 2014, coordenado conjuntamente com a CPA – Comissão Própria de Avaliação (Relatório de Autoavaliação Institucional, 2013/2014).

Para compreender este Programa faz-se necessário contextualizá-lo a partir do SINAES, que segundo as Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior (2004), está ancorado em uma concepção de avaliação comprometida com a melhoria da qualidade e da relevância das atividades de cada uma e do conjunto das instituições educacionais. Por sua característica global, abrangência nacional e seu objetivo de aperfeiçoamento das atividades acadêmicas, o SINAES recupera as finalidades essenciais da avaliação, ultrapassando, por exemplo, a simples preocupação com desempenhos ou rendimentos estudantis, buscando os significados mais amplos da formação profissional (Brasil/Conaes, 2004).

Na concepção de Sobrinho (2002, p. 53) o SINAES, enquanto sistema de avaliação pressupõe diferentes enfoques e olhares. Na opinião deste autor, em processos avaliativos

[...] não pode haver uma oposição simples entre objetividade simples entre objetividade e subjetividade ou entre processos e produtos, quantidade e qualidade, bem como entre as partes e o todo. Na verdade, a avaliação da educação exige que se combinem vários enfoques, metodologias, instrumentos e estratégias, de modo particular (a articular) uma adequada intercomunicação entre os métodos quantitativos e qualitativos.

O Programa de Avaliação Docente da UNIJUÍ foi elaborado por um grupo de professores de diferentes áreas do conhecimento, nomeado pela Reitoria (Portaria nº 35/2011), e discutido nos colegiados da Instituição. Os objetivos do Programa consistem em:

- definir o processo de avaliação docente da UNIJUÍ, visando à promoção do desenvolvimento institucional, à política de gestão de pessoas e à qualidade da atuação no processo ensino e aprendizagem e nas relações com o corpo discente e a comunidade;
- identificar aspectos de natureza interpessoal, organizacional, ambiental, dentre outras condições de trabalho que facilitam ou dificultam o desempenho docente;
- gerar indicadores sobre competências (reconhecidas como conhecimento constituído), habilidades e atitudes, para formulação de políticas de gestão de pessoas que oportunizam o crescimento profissional, a formação continuada e/ou aperfeiçoamento, a afirmação social dos docentes, bem como para possibilitar o alcance das metas e dos objetivos institucionais.

¹ Nesta coleção estão registrados os processos e resultados da avaliação realizada na UNIJUÍ anterior ao SINAES. Estes cadernos podem ser encontrados no Museu Antropológico Diretor Pestana da FIDENE, em Ijuí – RS, e na Comissão Própria de Avaliação, UNIJUÍ.

Este Programa está embasado em legislações externas e internas e tem as diretrizes institucionais de ensino, pesquisa, extensão e gestão como norteadoras de sua ação, especialmente no que se refere à avaliação como processo constante de qualificação da universidade e a busca da excelência acadêmica nas diferentes dimensões de atuação Universitária.

Conforme o Programa de Avaliação Docente, nas palavras de Silva (2011, p. 32)

Não somente os professores, mas todos àqueles implicados no ato formativo precisam implicar-se com a totalidade da vida universitária. É nela que reside o motivo fundamental do encontro em que se estabelece e se funda o intermédio cultural que refunda a vida dos estudantes e dos professores. É inegável que os estágios de compreensão e formação em que se situam educadores e educandos no interior do contexto avaliativo são muito diferenciados no interior da cultura universitária, o que, no entanto, não exime de nenhuma forma a participação de ambos no processo. Equivocado seria pensar, que se faz universidade democrática, sem ouvir, consultar os estudantes, professores, gestores, comunidade externa e as suas formas de ver e compreender o mundo, assumindo-os como sujeitos do processo. De outra forma, reducionista seria, se não considerássemos os limites do próprio ato de avaliar e julgar feito pelos estudantes independentemente de certas configurações sociais, históricas, científicas e filosóficas específicas.

Estas concepções, a legislação que estabelece as políticas públicas de avaliação da educação superior, os debates provocados por Sobrinho (1997) e Leite (1996), dentre outros autores, sustentam a base teórica das reflexões deste trabalho, no qual se faz um recorte para o estudo dos subprogramas: Autoavaliação Docente, a partir do instrumento do professor, composto por três fontes de informação e; Avaliação pelos Estudantes, a partir dos relatórios institucionais e os pareceres do NDE (Núcleo Docente Estruturante). O objetivo deste trabalho é investigar como o professor compreende a sua atuação no processo de ensino e aprendizagem do estudante, dialogando com a análise dos pareceres do NDE sobre o que dizem os estudantes, em relação ao seu processo de ensino e aprendizagem nas disciplinas avaliadas.

É importante registrar que, no decorrer do processo avaliativo, houve adequações ao referido Programa, inclusive na denominação do subprograma “Avaliação da Ação Docente pelos Discentes” para “Avaliação das Disciplinas pelos Estudantes”. Foi a partir de discussões, debates e sugestões dos NDEs que, em 2016, optou-se pela adequação da denominação do referido subprograma, entendendo a avaliação pelos estudantes com foco na disciplina e não no professor, uma vez que o PPC (Projeto Pedagógico do Curso) propõe um rol de disciplinas, que devem ser assumidas pelos professores a partir das diretrizes do PDI, PPI (Projeto Pedagógico Institucional) e PPC e devem ser pensadas no coletivo, buscando a transversalidade do processo. Assim, será utilizada esta denominação neste trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Este programa e este debate atendem a políticas de estado, como o SINAES; a trajetória histórica da Universidade, a partir das políticas definidas, e o seu PDI. Neste contexto, enfatiza-se na proposição do SINAES que

“[...] a autoavaliação tem como eixo central dois objetivos, respeitadas as diferentes missões institucionais: Avaliar a instituição como uma totalidade integrada que permite a autoanálise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, visando à melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento institucional; privilegiar o conceito da autoavaliação e sua prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para a sua realização.” (BRASIL/MEC, 2004).

Leite (1996, p. 40), na sua visão, concebe “a avaliação no seu todo, como um organizador forte, quando legitimado pela comunidade, traz por dentro do processo o fenômeno do repensar-se, não frente ao Estado Avaliativo, mas frente à sociedade com a qual a comunidade acadêmica precisa estar sempre comprometida”, concepção recorrente desde a origem desta Instituição e que embasa o Programa de Avaliação Docente.

A concepção de Sobrinho (1997, p. 115)

“[...] tendo como foco a formação em termos da participação crítica e criativa do indivíduo na vida social, o SINAES põe em questão a responsabilidade social da IES. Prioriza, portanto, os processos centrados na análise e no julgamento dos significados e ações e atividades acadêmicas e institucionais relativamente ao desenvolvimento do conhecimento, da cidadania e, assim, da sociedade, São esses princípios que orientam os processos avaliativos desta Universidade e objetivam orientar de fato o planejamento. Nesta perspectiva, planejamento, execução dos processos e avaliação são processos dinâmicos e que se complementam [...]”.

Neste contexto, entende-se o Programa de Avaliação Docente da UNIJUÍ a partir da concepção de avaliação formativa e não punitiva, de participação efetiva dos agentes que fazem a universidade, que permeados pelo diálogo/reflexão, tem na avaliação a base para rever os processos acadêmicos e administrativos, articulados ao planejamento da instituição, com vistas à excelência acadêmica, conforme já referido por Silva (2011, p. 32) na introdução deste trabalho.

O Programa de Avaliação Docente, coordenado conjuntamente pela VRG e CPA, a partir de 2014, atende ao que estabelecem os objetivos e estratégias do PDI 2015/2019 (2015, p. 16), no Eixo 1 – Fortalecimento do Projeto Institucional, em sua estratégia 1.1.1 Avaliação permanente de programas, instrumentos e estratégias institucional de modo a garantir a pertinência da ação da universidade no projeto de desenvolvimento de seu território, em consonância com as políticas e diretrizes do SINAES/MEC. Essa é uma política institucional de planejamento, execução e avaliação de seus programas de forma cíclica, sendo a avaliação um elemento essencial para alimentar o planejamento e a execução das ações projetadas. Entende-se que a avaliação precisa gerar indicadores para definir prioridades e apontar o que deve ser realizado para a constante qualificação dos cursos, do departamento e da Universidade, visando atender a missão de “Formar e qualificar profissionais com excelência técnica e consciência social crítica, capazes de contribuir para a integração e o desenvolvimento da região”. Para ilustrar recorre-se as palavras do professor Martinho Kelm – Reitor da UNIJUÍ em duas gestões: 2011–2013 e 2014–2016, (2015, p. 12), quando afirma

“[...] a importância do trabalho realizado pela CPA é inquestionável e encontra-se compilado no Relatório de Autoavaliação Institucional que apresenta um diagnóstico orientador de rumos a serem tomados para o

alcance das metas. Esta orientação aos poucos foi disseminando resultados que já puderam ser percebidos e utilizados no último ano, principalmente pelo fato de haver uma estabilização financeira.”

A fala de Kelm evidencia a política institucional de alinhamento entre planejamento, execução e avaliação de forma cíclica, sendo os resultados avaliativos uma ferramenta importante para a gestão da Instituição nas dimensões do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão.

3. A ORGANIZAÇÃO DO PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DOCENTE

Cada subprograma do Programa de Avaliação Docente conta com sujeitos; instrumentos de pesquisa; períodos de aplicação e de análise diferenciados conforme seu objetivo.

O subprograma Autoavaliação Docente é realizado bianualmente. É composto por três fontes de informação: um instrumento preenchido pelo professor, organizado por questões objetivas e dissertativas; informações da Ficha de Atividade Docente, que registra todas as atividades realizadas pelo professor no ano e; informações geradas pelo Currículo *Lattes*. A partir destes três instrumentos é gerado um instrumento com todas as informações de cada professor. Assim, são organizados três tipos de relatórios quantitativos e qualitativos apresentando: a visão institucional, a visão departamental e a visão do curso. Sempre tendo como referência o professor e sua alocação no ano.

O subprograma Avaliação das Disciplinas pelos Estudantes é realizado a partir das disciplinas matriculadas no semestre pelos estudantes. Este realiza, facultativamente, a avaliação de cada disciplina no Portal do Aluno, por meio de um questionário *online*, sem identificação. O questionário é organizado em questões objetivas e dissertativas, envolvendo a função da disciplina na formação acadêmica e profissional; a relação com a pesquisa e a extensão; questões metodológicas; bibliográficas e de procedimentos do professor no fazer das disciplinas. A partir do preenchimento do questionário, são organizados relatórios mostrando a visão institucional, departamental, do curso e do professor, para cada disciplina.

O subprograma Avaliação pelos Pares é realizado a partir dos Pareceres do Núcleo Docente Estruturante de cada curso (semestral/anual), o qual tem a responsabilidade de analisar e identificar potencialidades e/ou fragilidades dos resultados no processo acadêmico administrativo alinhados com o PDI e o Relatório de Autoavaliação Institucional, subsidiando o planejamento e as ações do departamento e do curso. Esta avaliação ocorre no Comitê de Gestão do Departamento, envolvendo Chefes de Departamento, Coordenadores de Programa e Curso de Graduação e Coordenadores dos Núcleos de Pesquisa, de Extensão e de Núcleos Comuns do Departamento.

O Programa considera, ainda, o Parecer que traz a análise dos PE (Planos de Ensino), realizada a cada semestre pelo NDE com o objetivo de verificar a explicitação do planejamento das disciplinas e o PPC. Este processo é uma sistemática que será cada vez menor, considerando o avanço já alcançado. Inicia pela reunião de planejamento no Colegiado do Curso, com a exposição pelo Coordenador de Curso, a cada semestre, dos objetivos do curso, do perfil do egresso e da articulação das disciplinas no semestre. Após esta apresentação, cada professor delimita a sua intencionalidade a partir do PE. Este PE é apresentado ao estudante no primeiro dia de aula, podendo sofrer adequações. A partir do segundo semestre de 2016, o NDE, analisa os PE até primeira semana de aula. Se for

necessária alguma alteração, deverá ser realizada antes da terceira semana de aula, tornando o Plano de Ensino um documento institucional. O avanço já produzido nesta sistemática permite inferir que a análise pelo NDE será cada vez menos necessária, concentrando o trabalho na análise da avaliação realizada pelos estudantes e o proposto pelo professor no Plano de Ensino.

As análises realizadas de cada subprograma pelo NDE de cada curso, disponibilizado aos gestores devem subsidiar o planejamento do curso, do departamento e da Instituição.

Este programa completou cinco anos de atuação, e como estratégia para o envolvimento dos sujeitos desenvolveram-se ações como: adequação dos instrumentos de coleta de dados e dos relatórios, capacitação dos gestores, principalmente coordenadores de curso; reuniões com departamentos (Comitê de Gestão do Departamento) para apresentar os processos; eventos de formação continuada que discutem o tema; espaços no Fórum de Coordenadores; reuniões com NDEs, com o envolvimento da CPA; campanhas de marketing para divulgação dos processos avaliativos e; apresentação dos processos avaliativos pela CPA aos estudantes, em semanas acadêmicas dos cursos, dentre outros momentos. Esse é um desafio constante da CPA e dos gestores, principalmente no sentido de utilizar os resultados da avaliação para revisar rotas, ou reorganizar o planejamento.

Na visão da professora Cátia Nehring, Vice-Reitora de Graduação, atual Reitora da UNIJUÍ, em 2015, ano em que o Programa de Avaliação Docente completou três anos, houve a internalização do mesmo por um número significativo de gestores. O desafio que se impõe para a sua efetividade é tornar o professor um agente de divulgação deste Programa, principalmente junto aos estudantes. Para isso, estão sendo desenvolvidas/pensadas estratégias que mostrem constantemente à comunidade acadêmica, o processo e os seus resultados, em seus respectivos subprogramas (Informativo VRG 2015).

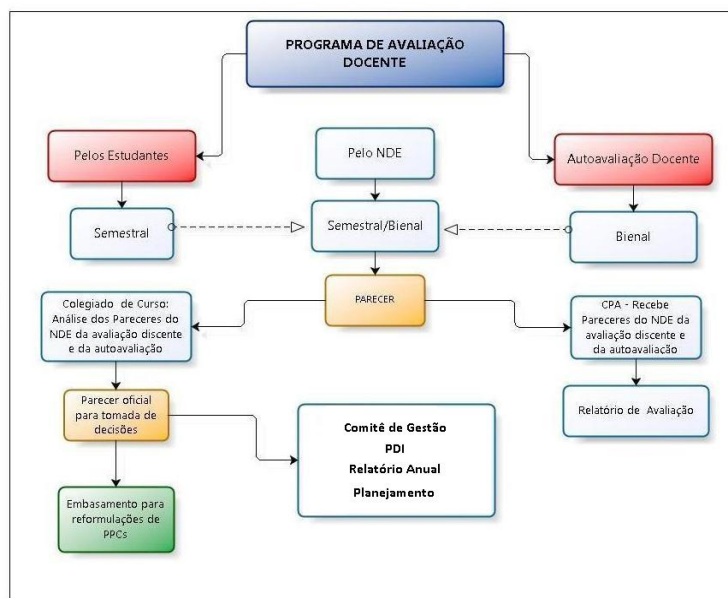


Figura 1. Fluxograma do Programa de Avaliação Docente.

A Figura 1 apresenta, de forma sistematizada, o Programa de Avaliação Docente, a partir de seus três subprogramas “Avaliação Discente”, “Autoavaliação Docente” e “Avaliação pelos Pares”, demonstrando como se organiza o processo na UNIJUÍ.

4. ANÁLISES DOS PROCESSOS E RESULTADOS

Para este trabalho fez-se um recorte, optando-se por uma questão do instrumento de Autoavaliação Docente e uma questão do instrumento de avaliação das disciplinas pelos estudantes, que se entendeu adequadas para fazer a relação com as análises dos pareceres do NDE, no que concerne ao uso do documento Plano de Ensino, como um instrumento de gestão do professor. Este PE, entendido como um organizador do planejamento, execução e explicitação dos entendimentos a serem realizados pelo professor, a partir do Projeto Pedagógico do Curso e o grupo de estudantes matriculados na disciplina, visando o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, fundamental para a materialização do perfil do egresso de cada curso e da Instituição. Assim, optou-se em analisar a questão 50 do instrumento de autoavaliação docente e a questão 1 do instrumento de avaliação das disciplinas pelos estudantes e os pareceres do NDE de 22 cursos de graduação, conforme os dados registrados nas Figuras 2 e 3.

A questão 50, da Autoavaliação Docente pergunta: “Utilizo o Plano de Ensino como um documento orientador do planejamento da disciplina”?

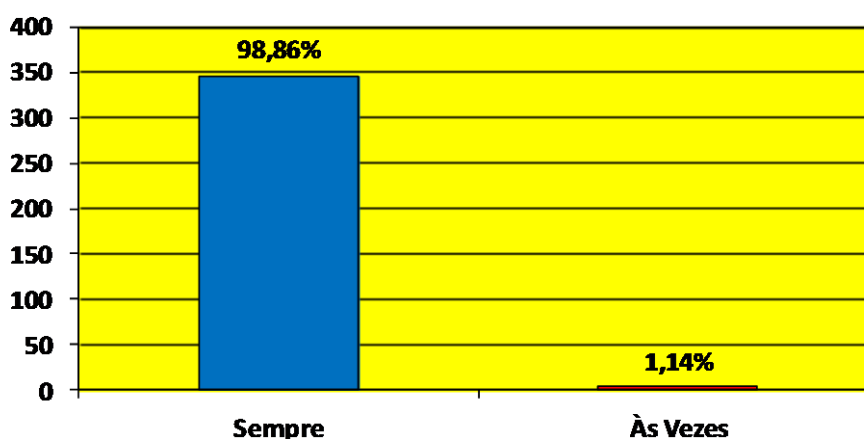


Figura 2. Respostas dos professores à questão 50 do instrumento de Autoavaliação, 2015. (Relatório SIE, 2016).

A questão 1, do instrumento de avaliação das disciplinas pelos estudantes, pergunta: “Com relação ao meu processo de aprendizagem nesta disciplina estou conseguindo ter a compreensão do conteúdo conforme previsto no Plano de Ensino?”

Analisando os dados destes dois instrumentos, observa-se que os professores, em sua maioria, utilizam o Plano de Ensino como uma ferramenta de gestão da disciplina, marcando o processo de ensino, e os estudantes, que responderam sim e em parte, também, afirmam estar conseguindo ter a compreensão do conteúdo conforme previsto no Plano de Ensino, viabilizando a sua aprendizagem. Então é possível inferir que os professores estão utilizando este instrumento, que é o Plano de Ensino, para planejar o ensino, a partir do Projeto Pedagógico do Curso, norteando as ações de ensino e, também, possibilitando que o estudante compreenda o objetivo da disciplina e como esta será desenvolvida, entendendo-a no contexto de um processo de aprendizagem, que exige uma intencionalidade do professor e a participação e envolvimento do estudante como responsável pela sua aprendizagem.

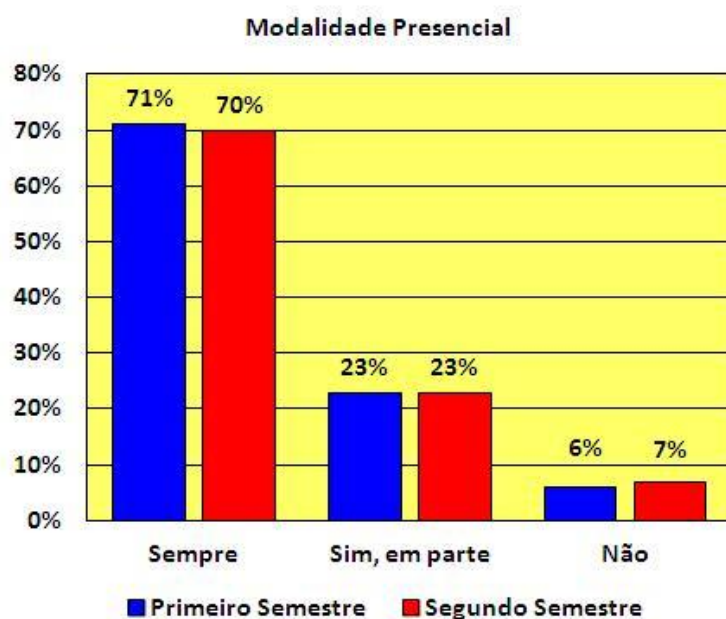


Figura 3. Resultados da Avaliação da Ação Docente pelos Estudantes 1º e 2º semestres de 2015. (Relatório SIE, 2016).

Nos comentários realizados pelos professores, da questão 50, quarenta e cinco docentes, dos 350 que responderam a autoavaliação apresentaram considerações, pois estas não eram obrigatórias, as quais reforçam o Plano de Ensino como um instrumento fundamental de planejamento para o desenvolvimento da disciplina com destaque no sentido de que o mesmo precisa ser discutido e apresentado aos estudantes. Esta posição pode ser identificada nos seguintes comentários: “É condição para um eficaz desempenho na disciplina. Todo o planejamento, execução e avaliação da disciplina são orientados pelo Plano de Ensino e nele explicitado”; “O planejamento da disciplina depende do Plano de Ensino”; “O Plano de Ensino é um elemento fundamental do processo ensino e aprendizagem que se busca construir com os estudantes e, deste modo, não pode ser negligenciado, mas, sim, tomado como uma espécie de bússola que orienta a elaboração das aulas e nos mantém vigilantes frente à ementa, o programa e os objetivos, evitando que as aulas se transformem numa sobreposição de temas ou, inclusive, em um vale tudo”; “Se necessário, reavalio o plano original e faço adequações de acordo com as necessidades e potencialidades da turma a que foi destinado” (Relatório SIE, 2016).

Os Pareceres do NDE indicam que alguns professores apresentam dificuldades em compreender o Plano de Ensino como um instrumento de planejamento e gestão das suas aulas, apontando para a necessidade de intensificar o trabalho de compreensão deste instrumento para o processo de ensino e da aprendizagem, trabalho esse desenvolvido pelas coordenações de curso e assessoria pedagógica, focado no Programa de Formação Docente UNIJUÍ (Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional, 2016, p. 61). Também fomentado pelo desenvolvimento de palestras e oficinas promovidas pelo referido Programa, que é constituído por cinco subprogramas: Formação Geral para Professores em Início de Carreira na UNIJUÍ; Formação Geral para Professores da UNIJUÍ; Formação Específica para Gestores do Ensino, Pesquisa e Extensão; Formação Específica para Gestores Acadêmicos da Instituição; Formação Específica para Chefes de Departamento.

Observa-se, a partir dos resultados das duas questões do instrumento de autoavaliação docente, dos dados do instrumento dos estudantes e dos pareceres do NDE sobre a Avaliação

pelos Estudantes, que a maioria dos professores compreende o Plano de Ensino como a materialização de um contrato realizado entre a Universidade, o professor e o estudante, visando a aprendizagem deste. Do ponto de vista do estudante também se percebe esta intenção. No entanto, nas questões abertas do instrumento, no qual ele faz sua avaliação, os pareceres do NDE apontam fragilidades em relação as metodologias e didáticas desenvolvidas em algumas disciplinas, principalmente que os motive a aprendizagem. Nesta reflexão toma-se a análise de um determinado NDE assim explicitada:

Neste ano novamente percebeu-se algumas contradições no preenchimento do instrumento de avaliação pelos estudantes, uma vez que este responde algumas informações referentes ao Plano de Ensino, avaliação, etc. Nesse contexto verifica-se uma demanda na qual, muitas vezes, o Plano de Ensino contemple todos os seus itens de forma pertinente, no entanto a avaliação realizada pelo estudante demonstra que alguns itens do Plano de Ensino não estão sendo contemplados ao longo do semestre. Dessa forma, uma das propostas do NDE é um maior rigor não só nas análises dos Planos de Ensino, bem como em um acompanhamento na questão dos Planos de Ensino estarem sendo seguidos e seus conteúdos programáticos, metodologias, avaliações estarem realmente sendo desenvolvidos ao longo do semestre”. Nesse fragmento percebe-se que os NDEs estão engajados em buscar estratégias para que o professor, tenha o Plano de Ensino como o norte de sua ação em sala de aula.

Assim, esta análise permite reconhecer que o Programa de Avaliação Docente da UNIJUÍ, está impactando na melhoria dos processos de ensino, precisa enfrentar a aprendizagem dos estudantes do ensino superior e está respondendo as diretrizes da universidade pela excelência acadêmica. No entanto, o desafio que se impõem é identificar ações que possibilitem a compreensão por todos os sujeitos que fazem a universidade, de que os resultados dos respectivos subprogramas precisam ser utilizados como uma ferramenta de gestão para a qualificação dos processos acadêmicos e administrativos da universidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelas discussões neste trabalho evidencia-se que o Programa de Avaliação Docente, com os seus respectivos subprogramas, está alinhado aos processos de avaliação e planejamento (PDI 2015-2019).

A partir dos pareceres do NDE é possível reconhecer que o Programa de Avaliação Docente juntamente com o Programa de Formação Docente qualificam os processos avaliativos da UNIJUÍ, buscando dar uma unidade e articulação entre eles, visando alinhar avaliação e planejamento. Pode-se dizer que ambos os programas cumprem o propósito institucional de planejamento, execução e avaliação como um movimento cíclico, em todos os processos institucionais e constituem-se em possibilidade de gerar inovação.

Assim, destacam-se alguns desafios, como aumentar o número de respondentes da Avaliação pelos Estudantes como forma de maior credibilidade no uso destes resultados para o impacto na sala de aula, bem como, que as análises realizadas, tanto pelo NDE como pelo professor, expressem a vontade política da Universidade, que seus professores se autodesenvolvam no sentido de compreender esse novo sujeito que chega a universidade, com vistas a tornar este, protagonista do seu aprendizado a partir de ações intencionais do professor.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Base da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, seção 1 p. 27833 (Publicação Original), 20 dez. 1996.

_____. Lei nº 10.861 de 15 de junho de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, seção 01, p. 3, 15 abr. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes para a avaliação das instituições de Ensino Superior**. Brasília, 2004. 48p.

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA UNIJUÍ - CPA. **Relatório de Autoavaliação Institucional da UNIJUÍ**: abril de 2013 a janeiro de 2014. Ijuí: UNIJUÍ, 2014. 183 p. Disponível em: <www.unijui.edu.br/cpa. Acesso em: 05 jul. 2016.

_____. **Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional da UNIJUÍ 2015**. Ijuí, 2015. 295 p. Disponível em: <www.unijui.edu.br/cpa. Acesso em: 05 jul. 2016.

_____. **Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional da UNIJUÍ 2016**. Ijuí 2016. 305 p. Disponível em: <www.unijui.edu.br/cpa. Acesso em: 05 jul. 2016.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração geral e pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 410 p.

FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Plano de desenvolvimento institucional: PDI UNIJUÍ – 2015-2019**. Ijuí, 2015. 134 p. (Coleção Cadernos de Gestão Universitária, 52).

LEITE, Denise. A avaliação em prática. In: SOBRINHO, José Dias (Ed.). **Avaliação**: Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior, Campinas, ano 1, n. 1, p. 40, jul. 1996.

PADILHA, P. R. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político pedagógico da escola. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1959. 157p.

SILVA, Sidinei Pithan da. O Papel da Avaliação Discente no Ensino Superior. In: UNIJUÍ. **Programa de Avaliação Docente 2011/2013 da UNIJUÍ**. Ijuí: [s.n.], 2011. p 31-35.

LACERDA, Leo Lynce Valle de. SINAES - teoria e prática: pressupostos epistemológicos em oposição. **Avaliação**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 87-104, mar. 2015.

_____. A imprescindibilidade da avaliação institucional diante da crise das universidades. In: COSTA, Maria José Jackson (Org.). **Avaliação institucional**: desafio da universidade diante de um novo século. Belém: UFP, 1997. 36p.

UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Pareceres avaliativos do NDE dos cursos de graduação da UNIJUÍ sobre o programa de avaliação docente**. Ijuí, 2015. Paginação irregular.

_____. **Programa de Avaliação Docente 2011/2013 da UNIJUÍ**. Ijuí: [s.n.], 2011, 57 p.

_____. **Relatórios do Sistema de Informações para o Ensino - SIE** (Dados do Programa de Avaliação Docente – período de 2015. Ijuí, 2015/2016. Paginação irregular.

_____. **Informativo VRG**. Ijuí, 2015. 4p.